

-----ACTA N.º 06-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 21 DE NOVEMBRO-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Novembro de 2011, pelas 20.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão extraordinária, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Emissão de licenças do Município de Torres Vedras, em cumprimento da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e votação d proposta de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Emissão de licenças do Município de Torres Vedras, em cumprimento da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09;-----

-----**3.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, para financiamento de obras no âmbito do Programa Pólis, até ao montante de €1.200.000 em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**4.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, para financiamento de obras no âmbito do Programa Pólis, até ao montante de €700.000 em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**5.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, para financiamento de obras no âmbito do Programa Pólis, até ao montante de €600.000 em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**6.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal à aquisição de imóvel - Instalações do Instituto do Vinho e da Vinha de Torres Vedras, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção e do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08/06;-----

-----**7.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal à aquisição de imóvel - Instalações do Instituto do Vinho e da Vinha do Ramalhal, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção e do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08/06;-----

-----**8.º Ponto** – Discussão e votação da proposta de Regulamento da Actividade da Protecção Civil do Município de Torres Vedras, em cumprimento da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09;-----

-----**9.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação Afloeste – Associação Interprofissional da Floresta do Oeste, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção;-----

-----**10.º Ponto** – Tomar conhecimento da alienação, por parte da Câmara Municipal da sua participação de accionista na TVPar – Parques Empresariais de Torres Vedras, S.A.,-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário). -----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Francisco Cruz Branco da Silva, Maria João carvalho Franco Roque Alves, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, João Paulo Moreira dos Reis, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomaz, Jorge Batista da Silva, Francisco João da Fonseca Inácio, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Martins, Sérgio Martins Rodrigues Calado, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Bernardino Eugénio da Cruz Jorge e Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco.-----

-----Faltou o membro Mário das Dores Lopes.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Maria Paula da Silva R. Paulo Lopes, Ana Brígida A. M. Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----Presente e-mail de Susana Maria Ribeiro das Neves, de 21 de Novembro, a justificar a sua ausência e a solicitar a sua substituição, por motivos profissionais.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Bernardino Eugénio da Cruz Jorge.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----Presente e-mail da Junta de Freguesia de Freiria, de 21 de Novembro, a informar que por motivos profissionais o seu Presidente, Paulo Marreneca, não poderá estar presente na sessão e em

sua substituição irá o Sr. Jorge Batista da Silva.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Presente e-mail da Junta de Freguesia da Silveira, de 18 de Novembro, a informar que o Presidente Mário Miranda, por motivos profissionais não pode estar presente na sessão pelo que será substituído por Sérgio Matias Calado.-----

JUSTIFICAÇÕES DE FALTA:-----

DOCUMENTO 5:-----

-----Presente fax do Presidente de Junta de Freguesia de Carmões, Sérgio Armando Lopes Gomes, de 29 de Setembro, a justificar a sua falta à sessão ordinária que se realizou nesse dia, por motivos pessoais.-----

DOCUMENTO 6:-----

-----Presente e-mail da Junta de Freguesia de Matacães, de 16 de Novembro, a informar que o seu Presidente, Mário das Dores Lopes, não poderá estar presente na sessão, por motivos de saúde.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que também se encontrava presente a Sra. Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, em substituição do membro António Carlos Nunes Carneiro, que solicitou a sua substituição por motivos profissionais inadiáveis.-----

-----Iniciou-se o Período Antes da Ordem do Dia.-----

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL:-

-----O Coordenador da comissão em título, *Sr. Luís Carlos Lopes*, interveio no sentido de dar nota que após a tomada de posse foi feito trabalho de recolha de dados, tendo sido marcadas reuniões com várias juntas de freguesia.-----

-----Informou que reuniram com os Órgãos Executivo e Deliberativo das Juntas de Santa Maria, Outeiro da Cabeça e Monte Redondo, não tendo sido possível, por motivos de agenda, reunir com Carmões.-----

-----Das reuniões concluíram que todos pretendem manter as juntas, como seria de esperar, com o qual a comissão também está de acordo.-----

-----Na reunião com a Freguesia de Outeiro da Cabeça foi colocada a possibilidade de se fazer um referendo aos habitantes dos Casais Larana, no sentido de se poderem ligar à Freguesia de Outeiro da Cabeça, que seria uma hipótese para se ultrapassar um dos critérios do Livro Verde, com o qual a comissão concorda. Como hipótese B foi colocada a possibilidade de ligar a freguesia de Outeiro da Cabeça aos Campelos ou ao Ramalhal.-----

-----A reunião com Monte Redondo, teve conclusões semelhantes quanto à eventualidade da Loubagueira se juntar a este território, uma vez que tem um número considerável de alunos em

Monte Redondo, apesar de ser mais óbvio uma ligação a Matacães.-----

-----No que se refere a Santa Maria, foi aventado pelo seu Presidente, Horácio Silva a necessidade de se fazer um estudo mais completo que envolva os aspectos históricos, sociológicos e muito mais diverso em relação à realidade da freguesia.-----

-----Lembrou que esta freguesia chama para si a vantagem de ser a mais antiga e uma série de outras características, que a torna única e que em termos de relatório final certamente irão plasmar.-----

-----Disse ainda que enviou um e-mail ao Sr. Presidente da Câmara alertando para necessidade de se elaborar uma proposta coerente e bem estruturada, através de um dossier que envolva contributos históricos, económicos sociais, jurídicos e outros, em conjunto com os técnicos da Câmara Municipal.-----

-----Concluiu dizendo que os trabalhos da comissão irão continuar nestes moldes, sendo fundamental as informações que vão surgindo, dando nota que brevemente se irá realizar um congresso de freguesias.-----

-----Pedi a palavra o Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, **Sr. Horácio Silva** indicando estar de acordo com as palavras que o antecederam, sendo evidente que era escusado perguntar ao Executivo da Junta e da Assembleia de Santa Maria e São Miguel se estavam de acordo com a fusão.-----

-----Disse que na reunião, onde estiveram representadas todas as forças políticas, à excepção do PS o que lamentou, manifestaram o seu desacordo, justificadamente, e discutiram o assunto. Falou-se do problema histórico e também que, ao pretenderem fundir a freguesia que preside com São Pedro e Santiago, estão a falar de 35.000 pessoas, ou seja estão a colocar quase metade da população do concelho numa freguesia.-----

-----Disse ainda que não passa de uma proposta do Governo mas irá continuara trabalhar, como sempre fez ao longo dos seus mandatos, para defender a sua posição e a sua freguesia.-----

-----Manifestou-se satisfeito com a reunião na qual, os elementos do PSD indicaram a disponibilidade de ir contra ao seu governo pois não estão de acordo com redução de 20 para 10 freguesias e estão na disposição de defender Santa Maria.-----

-----Pensa que compete à Câmara Municipal apresentar uma proposta para discutir com as freguesias e trazer à Assembleia Municipal e é o que aguardam.-----

-----Por fim disse que o único critério que vê no Documento Verde da Reforma da Administração Local, para deixarem de ser freguesia de Santa Maria é não estar a 5 km da sede do concelho, mas tem muitos factores atenuantes para vencer e têm que trabalhar.-----

-----O membro da comissão **Sr. João Pedro Gomes** concordou com o autarca de Santa Maria, dando nota que todas as forças políticas presentes na reunião manifestaram o seu apoio à manutenção do máximo possível de freguesias.-----

-----Não concorda com a fusão desta freguesia com São Pedro e Santiago deixando o repto de todos trabalharem em conjunto para tentarem salvar o máximo de freguesias do concelho.-----

-----Subcrevendo as palavras do autarca Horácio Silva, o **Sr. Nozes Pires** representante da CDU na comissão, lembrou que a posição do PCP não é favorável ao Livro Verde ao contrário de outras forças políticas discordam apenas da 1.ª parte, que se relaciona com as freguesias, mas estarão de acordo com a 2.ª parte que se relaciona com a reorganização do poder local, que para ele é a mais gravosa.-----

-----Reafirmou que como o Livro Verde é um programa, contra o qual estão contra, sendo nesse contexto e com essa atitude que está a colaborar com a comissão que foi eleita pela Assembleia.-----

-----Tendo presente que o coordenador da comissão disse que já reuniram com três freguesias, e faltam as outras sete, a autarca de Campelos, **Natalina Luís** questionou se têm algum prazo para conclusão dos trabalhos, uma vez que têm até ao final do corrente ano para apresentarem uma proposta municipal. -----

-----Anotou que em Campelos já fizeram uma Assembleia de Freguesia extraordinária, onde debateram as questões internamente, mas perante as notícias que continuam a surgir na comunicação social, não tem respostas para dar à população. -----

-----Assim, solicitou que a comissão agendasse brevemente a reunião com Campelos, para discutirem mais este assunto.-----

-----De novo no uso da palavra, o **Sr. Luís Carlos Lopes** esclareceu que a ideia inicial foi reunir primeiro com as freguesias que, numa primeira análise apresentavam mais “risco”. As reuniões com as remanescentes seis estão no horizonte e pretendem fazer o trabalho em tempo útil, daí a proposta do PSD na última sessão, para criar a comissão.-----

-----Para além disso pretendem a colaboração, do Município que considera muito importante e imprescindível uma vez que não é a Assembleia Municipal nem a Comissão que tem “staff” em técnicos nem capacidade para fazerem um estudo mais aprofundado.-----

-----A Comissão pode coligir informações técnicas e políticas mas sem o apoio, que só pode vir da Câmara Municipal, o relatório ficará “coxo”.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que estavam a tratar de um assunto que, para além de ser sensível é muito importante e por esclarecer que não cabe à Câmara Municipal elaborar qualquer proposta para submeter à Assembleia Municipal. É claro na documentação disponível que é o órgão deliberativo que tem a competência.-----

-----Depois manifestou a sua surpresa por nas reuniões com as freguesias, ter havido referências para juntar territórios e salvar freguesias. Não há no Livro Verde uma linha escrita sobre isto, assim como já ouviu o senhor Secretário de Estado dizer que é impossível juntar territórios para salvar freguesias. Mas certamente haverá informação melhor que esta.-----

-----Reforçou que, se assim for, que o digam e então todas as equipas da Câmara Municipal trabalharão e nenhuma freguesia será extinta. Se assim for não terá problema nenhum pois arranjarão maneira das vinte freguesias se manterem.-----

-----Nesta sequência disse que gostava de ser esclarecido, também para as pessoas não andarem duplamente enganadas.-----

-----O Membro **Marco Claudino** lembrou que não foi só o memorando que foi negociado pelo PS, que não foi assim há tanto tempo, como o foi a governação do Eng.º Sócrates que teve a necessidade de pedir assistência financeira, que foi negociada com parceiros nacionais, os quais hoje dão nota positiva relativamente aquilo que é a actuação, exercício e cumprimento dessa negociação.-----

-----Esclareceu também que o que foi exposto publicamente pelo Secretário de Estado é que a redefinição das fronteiras das freguesias é possível de ser feita. Esta é a realidade à data de hoje.-----

-----Face à situação que o país atravessa o **Sr. José Augusto de Carvalho** pediu que não divagassem sobre questões acessórias, lembrando que está mais do que provado que os problemas que os assolam não são só de âmbito nacional.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** afirmou que tem deixado claro o que pensa desta reorganização através do que escreve e do que diz. Lembrou novamente que o compromisso com a troika é a diminuição de autarquias (freguesias e municípios) e não se deve puxar pelo “papão” deste acordo.--

-----Lembrou também que a questão não é a redução das freguesias, que todos apoiam, mas saber as novas competências, tendo até enumerado no seu discurso do feriado municipal, aquelas que, no seu entender deviam ser transferidas e de ter verbas directas do governo para as juntas.-----

-----No entanto anotou que não teve a resposta que gostaria, ou seja, se é verdade que as freguesias, que face ao documento verde não têm população para subsistir, podem fazer um arranjo territorial para ficar dentro dos critérios das freguesias a manter.-----

-----Entende que isto deve ficar esclarecido para não criarem expectativas, que podem ser falsas, sendo um péssimo serviço que se está a fazer aos presidentes de junta. Se não for esclarecido, não terão parceria de ninguém e muito menos da Câmara Municipal e do seu presidente. -----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que nem ele nem nenhum dos elementos da comissão domina o Documento Verde e estão tão informados quanto o Presidente da Câmara, mas nas reuniões com as juntas, que foram de boa fé, foram colocadas hipóteses no sentido de que vão tentar.-----

-----Disse que pretende fazer o melhor possível para o concelho, tal como o edil e se tiver que ir contra o PSD nacional, assim será.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POUSADA DA JUVENTUDE/ MOVIJOVEM:-----

-----A **Sra. Claudia Ferreira** interveio no sentido de manifestar a sua preocupação com futuro da Pousada da Juventude de Santa Cruz, após a anunciada extinção do Instituto Português da

Juventude, bem como, da Movijovem por parte do actual Governo.-----

-----Deu nota que se trata também de uma preocupação da bancada socialista desta Assembleia Municipal, bem como dos deputados da Assembleia da República, Ana Jorge e Pedro Gonçalves Alves, que solicitaram esclarecimentos ao Governo PSD/CDS sobre o protocolo firmado entre o Município de Torres Vedras e a Movijovem e como pretende dar execução ao estipulado em relação à pousada. -----

-----Deu nota ainda que os trinta dias de prazo legal para resposta por parte do governo está a terminar, sem terem obtido resposta.-----

-----No entanto, quando a resposta chegar, espera, vá de encontro aos interesses dos torrienses e da região oeste, pois, o investimento em causa aproveita uma infraestrutura já existente, com condições excelentes e que ameaçava ficar sem utilidade, tendo ainda em conta a vantagem que este projecto representa para a região, dadas as condições especiais para a prática do turismo. Não esquecendo que poderá contribuir, ainda, positivamente para o fortalecimento da rede de pousadas de juventude e para a sua sustentabilidade a nível nacional.-----

-----Disse esperar igualmente que este Governo honre as cláusulas já firmadas no protocolo pré-estabelecido entre a Movijovem e o Município que, por sua vez, mereceu a aprovação por parte de todas as bancadas, na sessão Assembleia Municipal, realizada no passado dia 17 de Junho de 2011.--

-----Espera ainda através de uma resposta em prazo, que se quer positiva e satisfatória, que não se prolongue ainda mais a incerteza que neste momento se encontra instalada, pois, acredita que a autarquia pretende dar seguimento ao processo e não encontra resposta, ou interlocutores, disponíveis, através de telefone ou reunião.-----

-----Assim, resta-lhes, esperar que, o Governo honre os compromissos firmados e as expectativas criadas em torno deste projecto, sendo, a JSD parceira da JS e de Torres Vedras, na resolução de uma questão que quando apenas estava no campo das intenções todos acarinhavam e queriam chamar a si.-----

-----Por acreditar que esta é a vontade da generalidade dos torreenses, está convicta de que serão mobilizados todos os esforços para não deixar morrer a Pousada de Juventude em Santa Cruz, uma vez que as pessoas devem estar primeiro, em especial os jovens, que devem continuar a poder usufruir do apoio e fomento de acções de mobilidade juvenil, na sua vertente social, possibilitando a todos, em especial aos mais desfavorecidos, um contacto mais directo com a realidade e o património cultural, histórico e natural do País.-----

-----O **Sr. João Paulo Reis** começou por esclarecer que foi anunciado publicamente, algum tempo antes da tomada de posse do actual governo, o acordo entre as partes. Também foi dito a pousada da juventude estaria já em funcionamento este Verão, frisando que o governo PSD/CDS só tomou posse no início deste verão.-----

-----Recordou que a JSD mantém-se firme quanto à sua posição de defensora da criação de uma pousada da juventude, que será uma mais valia para Santa Cruz e para o concelho de Torres Vedras.-----

-----Esclareceu ainda que a razão da não concretização da pousada da juventude deve-se ao facto da Movijovem, estrutura que geria as pousadas da juventude no país, estar em processo de reestruturação.-----

-----Deu nota que as próprias pousadas são rentáveis, mas a estrutura que as geria, era bastante pesada o que a inviabilizava no seu todo, tendo milhões de euros de prejuízo por ano. Estão a corrigir a situação e uma nova forma de gestão está a ser estudada e nesse seguimento certamente uma solução se irá encontrar.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu o contributo da JS na Assembleia da República, pois poucos dias depois recebeu telefonema a marcar reunião com o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Juventude.-----

-----Espera esclarecer o assunto, apesar de não ter garantia que o acordo se mantenha, mas tratando-se de uma reunião com participação de torrienses espera que corra bem.-----

-----Por fim deu nota que o orçamento para 2012 já está ser elaborado e sem certezas, sem se conseguir afectar verbas, dificilmente para o próximo Verão terão a pousada a funcionar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FESTAS DA CIDADE:-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** elogiou o novo formato que foi adoptado este ano para o evento em título, pois o facto de terem mudado de pavilhão, trouxe uma dinâmica diferente. Também o Festival do Pastel de Feijão foi um marco importante para a valorização do nome de Torres Vedras e de um produto que se quer conhecido em todo o país.-----

-----Desejou que não se perca esta dinâmica e que possam ter um produto certificado, que identifique Torres Vedras pelas melhores razões.-----

-----O **Sr. Francisco Branco** partilhou a sua satisfação por ter assistido a três momentos de grande qualidade musical, integrados no Festival do Acordeão. A qualidade dos executantes permitiu ver a sala do Teatro-Cine cheia de público, muito satisfeito.-----

-----Trata-se de uma imagem de marca de Torres Vedras, pela sua importância, pela qualidade dos executantes e pelo facto de ter revitalizado um instrumento musical que estava já nalgum esquecimento, o acordeão e a concertina.-----

-----Prosseguiu dizendo que este festival já ultrapassou as fronteiras do concelho, trazendo muitas pessoas a Torres Vedras e que tem possibilidades de continuar no futuro se continuar com esta qualidade, que já os habituou.-----

-----A Presidente de Junta de Campelos, **Sra. Natalina Luís** pronunciou-se sobre o Almoço dos

Idosos e Festival das Vindimas, acontecimentos habituais nas Festas da Cidade, cuja mudança de pavilhão teve um balanço muito positivo.-----

-----Assim agradeceu à Câmara Municipal e à Promotorres pois correu muito bem.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as referências positivas às Festas da Cidade informou que o novo formato de mudar o evento de pavilhão foi uma proposta da Promotorres aceite pela comissão organizadora das Festas da Cidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ASSOCIAÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E DE SOCORRO DO CONCELHO:-----

-----O **Sr. Nozes Pires** solicitou que o Sr. Presidente da Câmara prestasse alguns esclarecimentos quanto à situação em que se encontram as instituições em título, tendo presente a situação crítica do ponto de vista financeiro que as autarquias atravessam.-----

-----Solicitou igualmente que num futuro breve disponibilizasse informação detalhada quanto à existência ou não de acordos que a Câmara não pode cumprir.-----

-----Questionou também sobre a situação financeira das freguesias, referindo-se concretamente a rumores que existem quanto a endividamento e acordos não cumpridos por parte da Junta de A-dos-Cunhados a algumas instituições e serviços, que gostava de ver dissipados. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por manifestar a sua satisfação, por ter lido no dia anterior no “Público” sobre os apoios das Câmara Municipais às IPSS e às instituições sociais, onde no ranking de 308 municípios Torres Vedras surge em 19.º, com uma afectação orçamental de €5.000.000,00, o que dá uma noção real comparada do que tem sido as políticas dos municípios do país em termos de apoios sociais.-----

-----Julga que em termos de política de apoio às instituições a Câmara Municipal de Torres Vedras tem uma posição de referência.-----

-----No que se refere às IPSS, indicou que nem hoje nem amanhã lhe conseguirá informar qual é a situação financeira das dezenas de IPSS que existem no concelho. O que pode dizer é que todas elas, viveram e continuam a viver com dificuldades financeiras, devido às dificuldades de recebimento de protocolos com o estado, assim como às dificuldade de receberem os apoios já deliberados pela Câmara delibera mas que, embora não tendo data, estão certos.-----

-----Anotou que a situação é muito parecida com a que se vive nas Juntas de Freguesia, que são parceiros insubstituíveis, no serviço público que a autarquia presta aos munícipes. Referiu concretamente a vertente escolar, que obriga a uma contabilidade muito intensa, pois servem diariamente cerca de 7000 refeições e os atrasos da Câmara Municipal, implica atrasos das juntas e são estas as primeiras a ter o ónus do pagamento a tempo e horas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OUTDOOR DO PSD:-----

-----O *Sr. Marco Claudino* deu nota de há cerca de uma semana ter tido conhecimento que a Câmara Municipal retirou um outdoor identificado com bandeiras do PSD.-----

-----Disse que não iria esgrimir argumentos jurídicos, porque o assunto iria ser resolvido por via judicial, mas considera uma ilegalidade e que politicamente foi uma falta de cordialidade não terem avisado.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o período da Ordem do dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E EMISSÃO DE LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09;-----

-----Presente ofício número 12445, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20 de Outubro, a remeter o regulamento em título, atentas as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.---

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu umas breves notas sobre o documento em discussão, que foi fruto do trabalho de uma equipa técnica criada para o efeito e que foi alvo de discussão pública para qual pediram aos membros da Assembleia Municipal que contribuíssem, sem prejuízo da discussão que seria feita quando o regulamento fosse agendado.-----

-----Como resultado da discussão pública registaram-se duas das reclamações que versavam a mesma tabela, ou seja a possibilidade de haver a ocupação de edifícios da Câmara Municipal para uso privado, que foram devidamente analisadas em reunião do Executivo.-----

-----Deu nota ainda que o motivo para o pedido para a realização de uma reunião extraordinária prende-se com o propósito deste regulamento entrar em vigor no início do próximo ano.-----

-----Referiu também que há legislação que obriga as Câmaras Municipais a justificar os valores cobrados e a comissão também teve em conta o estudo económico e financeiro que acompanha o regulamento e a tabela de taxas.-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* começou por dizer que do lado da oposição já viu, em momentos passados e em circunstâncias análogas de actualizações de tabelas de taxas, considerar atitudes abusivas de esbulho da economia dos munícipes.-----

-----Lembrou que as administrações públicas são o garante da prestação de serviços e carecem de recursos para continuar a prestá-los do modo a que nos habituaram e não se socorrem só de dinheiro mas também essencialmente dos trabalhadores e para além disto, estão num tempo que é necessário fazer um esforço sério para equilibrar as receitas e as despesas, o que já foi devidamente expresso pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

-----Frisou que esta proposta de regulamento foi elaborada tendo por base, não só a legislação que o edil citou, mas a preocupação do equilíbrio conciliado da actualização das taxas municipais.-----

-----Fez notar que a elaboração do regulamento integrou os contributos de uma comissão mista, com um vereador de cada força partidária e se a metodologia assim seguida, envolvendo autarcas e técnicos durante meses deu o resultado aqui presente, tem que o acolher.-----

-----Reforçou que será depois a experiência a ditar se ajustamentos se justificam e ninguém mais do que o Executivo Municipal está interessado numa tabela de taxas que vá ao encontro das expectativas dos torrienses e que ao mesmo tempo não bloqueie o desenvolvimento do concelho.----

-----Terminou indicando que estão perante um trabalho sério e a proposta possível a não ser que surjam dados novos merece o voto favorável da bancada do PS.-----

-----Usou da palavra o **Sr. João Bastos** para dizer que genericamente os valores da tabela de taxas do município de Torres Vedras estão dentro do razoável.-----

-----Fez algumas análises, no que se refere aos loteamentos, tendo constatado que não houve agravamento e nalguns casos foram ajustadas para baixo.-----

-----No que diz respeito à edificação e urbanização também lhe pareceu valores adequados e espera que a Câmara Municipal tenha oportunidade de aplicar estas taxas, uma vez que a construção civil é transversal à economia.-----

-----O **Sr. Nozes Pires** lembrou o colega José Augusto de Carvalho que desde que faz parte do Órgão Deliberativo a CDU nunca esteve contra e hoje também não estará.-----

-----Mencionou que todas as Câmaras Municipais precisam de receitas, sobretudo nesta altura que o governo está a desproteger financeiramente as autarquias, sepultando-as numa situação de estrangulamento, situação que não sabe como irão ultrapassar. Se alguém é culpado das Câmaras terem que aumentar as receitas é o governo.-----

-----No entanto tem algumas reservas no que concerne às taxas dos cemitérios que considera valores exorbitantes para qualquer pobre.-----

-----Por último manifestou a sua satisfação por ter colaborado na discussão pública do regulamento tendo a sua reclamação/ sugestão ter sido atendida pelo executivo.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** entende que o valor que consta no quadro 2 – Outros Serviços Administrativos, ponto 11, “por pedido de instalação de estufas ...” de 500€/ ha é exagerado, assim como €300/ha para o registo de abrigos que consta no ponto 12.-----

-----Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que relativamente às estufas informou que actualmente não são tributadas e é talvez, nos últimos dois anos o projecto tipo mais analisado na Câmara Municipal.-----

-----Informou ainda que no projecto de regulamento submetido a discussão pública esta taxa tinha o dobro do valor e foi por proposta sua que foi reduzido para metade.-----

-----Na prática o que está em causa são os abrigos uma vez que não têm licenciamento de estufas, porque a Câmara tem tido uma atitude permissiva. Os abrigos que têm licenciamento são todos

aqueles que se socorrem de apoios comunitários e a Câmara entendeu que em função do trabalho que dá fazer o registo, €300/ha é uma taxa razoável.-----

-----Relativamente aos cemitérios, confirmou que efectivamente representa um aumento de 200% uma vez que se pretende uma política de não venda de covais. O valor, embora pesado, é recomendado pelo estudo económico e visa desincentivar a compra para poderem ter espaço para ser utilizado no futuro.-----

-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* submeteu à votação o ponto em questão.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Emissão de licenças do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09;-----

-----Presente ofício número 13265, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10 de Novembro, a enviar o regulamento em epígrafe, tendo presente as competências da Assembleia Municipal em matéria regulamentar.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do documento que, além de ser técnico também apresenta opções políticas e resulta de alterações à lei que são cíclicas.-----

-----Deu nota que, tal como para o regulamento anterior, também foi criada uma comissão técnica que elaborou esta proposta e ainda no período da discussão pública a Câmara fez um convite aos técnicos inscritos para participarem através de reuniões. Houve reclamações, que foram apreciadas e a maior parte considerada na redacção final.-----

-----O *Sr. João Bastos* confirmou que a Câmara promoveu a reunião, que permitiu tirar grande parte das dúvidas que tinham.-----

-----Registou que esta proposta de regulamento não difere muito do anterior e beneficia bastante quem faz reabilitação urbana ou reconstrução. Não há TMU quando não há aumento da área o que reflecte um incentivo nítido para que haja reabilitação urbana em detrimento da construção nova.-----

-----Manifestou a sua satisfação, uma vez que o contributo que deu ao regulamento foi tido em consideração. Pensa que de futuro as obras vão ser mais de reabilitação e deseja que a Câmara tenha oportunidade de aplicar este regulamento e veja as suas receitas crescer.-----

-----A Presidente de Junta de Freguesia de Campelos, *Sra. Natalina Luís*, deu nota da sua presença na citada reunião com os técnicos, tendo ficado também com as dúvidas que tinha esclarecidas. Disse que o documento foi elaborado no sentido de clarificar os processos e vai ser útil em termos

de celeridade, para todos.-----

-----Manifestou o seu acordo com as observações feitas pelo colega que a antecedeu e relativamente ao artigo 13.º Instrução do Pedido, questionou como é que vai ser feita a consulta às juntas de freguesia, se em suporte de papel ou digital.-----

-----O *Sr. Nelson Aniceto* disse que comparativamente com regulamento que está em vigor esta proposta é mais fácil de apreender pois está mais simplificada, o que permite que os seus utilizadores a assimilem de uma forma mais coerente. -----

-----Salientou também que houve um esforço de clarificação com a redução de 137 para 99 artigos.--

-----O *Sr. Presidente da Câmara* tomou a palavra para esclarecer que se pretende consultar as juntas através de suporte digital, mas se verificarem dificuldade de leitura será enviado em papel.-----

-----Passou-se de seguida à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, aprovar por maioria, de 43 votos a favor e 2 abstenções a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 45 membros.-----

-----Tendo presente a natureza dos três pontos seguinte o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* sugeriu que podiam ter discussão conjunta e votação separada o que teve a anuência de todos os presentes.-----

PONTO 3 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, PARA FINANCIAMENTO DE OBRAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PÓLIS, ATÉ AO MONTANTE DE 1.200.000 EUROS EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 12933, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Outubro último a solicitar autorização em título, informando que seleccionou a proposta apresentada pelo Banco Santander/Totta SA, com taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescido de um Spread de 5,9%, e que a periodicidade do pagamento de prestações será trimestral e postecipada.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que o município de Torres Vedras tem previsto, através de contrato programa celebrado com o Estado, €2.500.000 para o Programa Pólis.-----

-----Especificou que devido à conjuntura actual tiveram grande dificuldade na consulta à banca e o facto de terem três pontos agendados com empréstimos é o reflexo disso mesmo. Com o valor dividido em três parcelas tiveram resposta das instituições bancárias.-----

-----Lembrou também que, até à presente data não conseguiu falar com a Sra. Ministra do Ambiente, no sentido de terem garantia da inscrição no orçamento do Estado para 2012 da referida verba contratualizada para a execução desta obra, cujo concurso está na fase final. -----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que no passado dia 10 de Novembro enviou e-mail ao Sr.

Presidente da Assembleia, no sentido de receber esclarecimentos da Câmara Municipal, cujo teor passou a ler e que se transcreve: "1-a) Qual o valor actual do Endividamento do Município - nas suas diversas vertentes curto médio e longo prazo. Bem como o valor excepcionado por corresponder a empréstimos referentes a obras comparticipadas por fundos comunitários.-----

-----b) Qual o limite de endividamento que está definido actualmente para o Município (nas suas várias vertentes).-----

-----Este pedido deriva do facto de terem surgido recentemente informações dispersas na comunicação social, nomeadamente por indicação da ANMP que são contraditórias em relação aos últimos valores que tínhamos na nossa posse.-----

-----2 - Tendo já em conta os empréstimos aprovados em Câmara e a serem apresentados na próxima AM - Empréstimos Pólis; Aquisição de IVV - e as restantes amortizações previstas de capital e juros de outros empréstimos (obras diversas, "pagar a tempo e horas" etc etc.) e outros compromissos (pavilhões, campos relvados e outros), solicitamos que nos seja facultada uma listagem dos custos previsíveis à data e já assumidos para os próximos 10 anos. Se possível com uma discriminação anual."-----

-----Lamentou que não tivesse recebido resposta ao mesmo, uma vez que assim se sentiria mais habilitado para discutir este assunto, pelo que questionou se o edil podia agora responder.-----

-----O **Sr. Presidente da Mesa**, informou que o requerimento do membro foi enviado de imediato à Câmara, tendo à tarde recebido um e-mail a informar que os elementos solicitados seriam entregues oportunamente mas só depois dos técnicos elaborarem o orçamento.-----

-----O **Sr. Luis Carlos Lopes** disse que as suas dúvidas foram suscitadas por ter ouvido o município de Torres Vedras ser mencionado na SIC Noticias por ter dívidas, o que nunca pensou que pudesse acontecer. Ficou constrangido e não gostou.-----

-----Também tinha dúvidas quanto aos números que vieram a público em relação a ultrapassar o nível de endividamento permitido e também quanto ao excepcionamento destes empréstimos, que gostava de ver esclarecidas.-----

-----Quanto ao seu requerimento fez notar que não seria difícil fornecer os dados que solicitou.-----

-----Anotou que estão há 11 anos à espera do Pólis que é uma urgência, já devia ter sido gasto o dinheiro todo e de ter vindo as outras verbas.-----

-----Lembrou também que o PSD não é contra, e a única coisa que discordou foi da circulação entre as duas rotundas ser feita apenas por uma via, antecipando que o Sr. Presidente da Câmara não avance novamente com este argumento-----

-----Quanto aos empréstimos, lembrou que se tivessem sido equacionados há uns anos atrás, o juro não seria 8%, seria mais baixo. Lamenta que só tenha sido pensado nesta fase, devia ter sido antes e não é da culpa da minoria PSD. Não entende a razão de não ter evoluído e não ter sido

concretizado.-----

-----Registou que o PSD quer o Pólis feito e não se oporá aos empréstimos, mas tem dúvidas quanto ao custo e quanto à sustentabilidade.-----

-----O **Sr. Nozes Pires** começou por dizer que grande parte dos argumentos que o colega Luís Carlos Lopes apresentou subscreve.-----

-----Depois disse que se ia abster, quer que o Polis vá para a frente mas questionava a razão deste programa não ter sido cumprido até à presente data.-----

-----Teve de seguida a palavra, o autarca ponterrolense **Pedro Vasa**, que inquiriu qual o ponto de situação do Pólis.-----

-----Registou a sua opinião de que talvez a Câmara Municipal esteja a investir em demasia, tendo presente os tempos que atravessam.-----

-----Como complemento à intervenção do colega Luís Carlos Lopes, o **Sr. João Bastos** referiu que o PSD se absteve aquando da aprovação do Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes, quando veio à Assembleia Municipal, para não atrapalhar o desenvolvimento do Projecto Pólis. Não concordavam com a redução para duas vias entre as rotundas do Choupal e Ponte de S. Miguel, que estrangularia o trânsito, assim como não concordavam com o Bairro junto aos Polomes.-----

-----Tem dúvidas também se teria sido melhor estratégia ter investido no Pátio Alfazema, pois ainda havia ali alguma actividade económica, alguma vida e tendo em conta que o centro histórico está deserto, certamente que haveria outra solução para se fazer a ligação norte/sul. -----

-----Provavelmente não se devia ter gasto estes montantes para comprar estes terrenos, que podiam ter sido empregues noutras obras.-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** especificou que o CDS-PP nada tem a opor quanto à escolha das entidades bancárias.-----

-----Também manifestou a sua preocupação por só agora estarem a contratar os empréstimos, que têm um spread muito superior do que se tivesse sido tratado em tempo útil.-----

-----Considerou que é uma obra estruturante e necessária para o concelho, pois trata-se de uma zona da cidade que está a definhar, devia ser feita quanto antes e nada tem a opor.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que não diz que o PSD é contra, mas também nunca foram a favor e estranharia agora, que estão só a aprovar um empréstimo, que votassem a favor.-----

-----Acrescentou que esta força partidária nunca votou a favor de qualquer acção Pólis, assim como a CDU enquanto esteve no Executivo. Uma posição é votar contra e outra é votar a favor com reservas mas fica feliz com a coerência do PSD.-----

-----Quanto à questão de só agora avançarem com os empréstimos, lembrou que o Programa Pólis obriga à elaboração de um Plano de Pormenor que só foi aprovado há cerca de dois anos e meio.

Também foi por sua conta e risco que adiantaram os quatro projectos Pólis, sem que este estivesse aprovado.-----

-----Relativamente ao requerimento que o membro fez, assinalou que nenhum banco informa quais são os encargos dos empréstimos que a Câmara contraiu para os próximos dez anos, questão que estava incluída e por isso não foi respondido.-----

-----No que concerne à notícia citada pelo membro esclareceu que dizia que a Câmara Municipal de Torres Vedras foi a das que mais aumentou o prazo de pagamento aos empreiteiros, não que era a mais endividada.-----

-----Deu nota que o jornal “Público” do dia anterior menciona as câmaras do país mais endividadas e a de Torres Vedras não consta na lista.-----

-----Prosseguiu adiantando que, se receberem as verbas do QREN correspondentes a obras concluídas há mais de um ano, que parece ser possível, chegarão ao final do ano com situação líquida positiva, ou seja ficarão dentro dos limites de endividamento líquidos, mesmo não contando com as verbas que o Ministério da Educação lhes deve e que não esperam receber este ano.-----

-----Frisou que não vivem no melhor dos mundos, mas têm a situação controlada.-----

-----Voltando ao empréstimo em discussão informou que não conta para o endividamento municipal sendo o único nesta situação, ao contrário de todos os outros e dos que são contraídos no âmbito do QREN.-----

-----Lembrou ainda que, ao contrário do que o João Bastos disse, o projecto Pólis sempre contemplou uma situação de tráfego igual ou idêntica à que lá está, ou seja tem três faixas de rodagem por isso não foi desculpa para se absterem, foi uma questão de cautela.-----

-----Lembrou também que há 10 anos atrás quando não tinham a maioria na Câmara, nunca avançaram e nada foi feito.-----

-----Respondendo ao autarca Pedro Vasa, informou que constava no orçamento de Estado do ano corrente, a verba de €2.500.000 para transferirem para Torres Vedras, mas que foi retirada em final de Outubro. -----

-----Ainda não está preocupado porque só precisam das verbas em 2012, mas preocupa-o que o governo não cumpra o que está estipulado no contrato programa.-----

-----Assinalou que no final do ano estão em condições de concluir o concurso, mas para o adjudicar o governo tem que honrar e assumir o compromisso e transferir a verba em 2012.-----

-----Aproveitou para indicar que o PSD tem motivos para provar que é a favor do Pólis, pressionando o governo a inscrever este valor no orçamento de Estado. Se tal não vier a acontecer, certamente que irão encontrar uma solução pois entende que a obra Polis é importante para equipar o lado norte da cidade de Torres Vedras tão bem como o lado sul.-----

-----Reforçou que tem urgência em falar com a Sra. Ministra, que irá, estar no concelho dali a dois

dias e quer expor-lhe o problema articulando uma possível solução.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* interveio novamente para esclarecer que o que pede no seu requerimento são os custos previsíveis à data ou seja 10 de Novembro pelo que o Sr. Presidente não quis responder.-----

-----Deu nota de algumas localidades que anunciaram a conclusão do Programa Pólis, para assinalar que certamente estes municípios também tiveram problemas mas fizeram o Pólis e também não serve a desculpa de não terem tido a maioria.-----

-----Considerou que o edil se ainda não fez o Pólis foi porque achou que não era necessário, lembrando que nos últimos 6 anos o PS tem tido a maioria no Executivo Municipal e lembrou que foi o governo do PS que não excepcionou os empréstimos. -----

-----Relativamente ao Plano de Pormenor do Choupal, lembrou que inicialmente previa por baixo da ponte pedonal uma via para cada lado em empedrado, que mais tarde por questões ambientais passou a ser de outro tipo.-----

-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino submeteu à votação este assunto.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 31 votos a favor e 13 abstenções, autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, para financiamento de obras no âmbito do Programa Pólis, até ao montante de € 1.200.000,00.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 4 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, PARA FINANCIAMENTO DE OBRAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PÓLIS, ATÉ AO MONTANTE DE 700.000 EUROS EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 13267, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10 de Novembro a solicitar autorização em título, informando que seleccionou a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, com taxa indexada à Euribor a 3 meses, acrescido de um Spread de 6,5%, sendo a periodicidade do pagamento de prestações trimestrais, iguais e sucessivas.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 31 votos a favor e 13 abstenções, autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, para financiamento de obras no âmbito do Programa Pólis, até ao montante de € 700.000,00.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 5 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, PARA FINANCIAMENTO DE OBRAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PÓLIS, ATÉ AO MONTANTE DE 600.000 EUROS EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO

NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 13266, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10 de Novembro a solicitar autorização em título, informando que seleccionou a proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mutuo, com taxa indexada à Euribor a 3 meses, acrescido de um Spread de 6,5%, sendo a periodicidade do pagamento de prestações trimestrais, iguais e sucessivas.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 31 votos a favor e 13 abstenções, autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, para financiamento de obras no âmbito do Programa Pólis, até ao montante de € 600.000,00.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 6 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - INSTALAÇÕES DO INSTITUTO DO VINHO E DA VINHA DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO E DOS N.º 1 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 08/06;-----

-----Presente ofício número 12841, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 28 de Outubro último, a solicitar a autorização em título, para desenvolver um projecto cultural e didáctico de âmbito nacional, pelo valor de €708.000,00, a pagar em 6 prestações anuais e iguais, acrescido de uma taxa de juro de 5%, cujo inicio se prevê que ocorra em 2012.-----

-----O *Presidente da Mesa* informou que faltava no agendamento mencionar que, para além da aquisição do imóvel estavam a autorizar a repartição de encargos para o efeito o que seria corrigido na deliberação.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* recordou que este assunto estava incluso no Plano de Acção do Oeste e foi um processo longo de negociação tendo sido alcançado o valor de €708.000 para um património que tem uma área de cerca de 15.600 m2, com um imóvel de interesse público e que se encontra numa área não muito classificada pelo que poderá ser um factor de regeneração daquela zona e um pólo dinamizador.-----

-----Deu nota que o valor, não contando com o construído, ronda os €45/m2, a pagar em seis prestações anuais e iguais com um juro bastante razoável face às contingências do mercado.-----

-----Pedi a palavra o *Sr. João Bastos*, lamentando que só agora, através da intervenção do edil tiveram conhecimento da área envolvida nesta aquisição. No mínimo, também devia constar, anexo à documentação, um relatório de avaliação do lote para melhor poderem analisar o assunto.-----

-----O Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* alertou que estão a falar de €120.000/ano, sem estar a dizer que não é importante a Câmara municipal adquirir este imóvel.---

-----Como já em tempos disse, se calhar a autarquia tem património que podia ser alienado, e

provavelmente não conhecem todos os lotes que têm.-----

-----Aproveitou para lamentar que a construção da 4.ª via da EN9, para o qual a Assembleia deu um grande contributo, tenha retirado verba aos passeios, que nunca foi restituída, apesar do Sr. Presidente lhe ter dito assegurado que lá chegariam, mas agora há verbas para adquirir este imóvel.--

-----No seu entender, deviam, não só uniformizar a cidade como o edil disse, mas todo o concelho.--

-----Quanto à descrição do imóvel o *Sr. Presidente da Câmara* pediu desculpa do lapso, que podia ter sido corrigido atempadamente se o membro tivesse solicitado a informação aos serviços e esclareceu que o IVV ainda está a tratar da regularização predial e matricial do mesmo.-----

-----Respondendo ao autarca da Ponte do Rol, informou que o património da Câmara cinge-se a poucos lotes que não fazem a diferença.-----

-----Disse ainda que nunca corroborou a posição do autarca quanto à 4.ª via, pois a situação envolve a EP, Estradas de Portugal sendo verdade na altura ter dito que Câmara Municipal haveria de arranjar uma forma de chegar aos passeios, mas tal ainda não foi possível.-----

-----Disse perceber o raciocínio do autarca e é verdade que estas verbas vão sair do orçamento da Câmara, mas têm que ver que é um negócio de oportunidade, não só pelo imóvel, como pela importância que o mesmo representa para o município, assim como a importância que a cultura do vinho e da vinha tem no nosso concelho.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* assentiu ser verdade que o imóvel já tinha estado mais caro e tem uma parte interessante, mas também tem aqueles armazéns sem interesse, para além de estarem todos em terreno urbano.-----

-----O facto de não ter recebido em tempo útil a informação que pediu, levou o PSD a ter alguns cuidados e independentemente de ser aparentemente um bom negócio, neste momento tem dúvidas em relação à capacidade financeira do município e têm que ter os pés bem assentes na terra.-----

-----Mencionou ainda que o edil, no seu discurso do Feriado Municipal anunciou algumas sugestões para este espaço que não o convenceram, pois misturou Museu de Brinquedos, com Centro de Interpretação dos Dinossauros e Museu Joaquim Agostinho. Lembrou que antes se tinha pensado num laboratório de referência, com o qual até quase que concordava.-----

-----Por fim anotou que é de facto uma oportunidade de negócio, mas não sabe se a Câmara Municipal, em 6 anos terá condições de pagar mais este ónus, juntamente com todos os outros que desconhece.-----

-----O líder da CDU, *Sr. Nozes Pires* indicou que a sua bancada iria votar a favor, pois este assunto sempre esteve no programa eleitoral da força partidária que representa.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* referiu que nenhum membro do PS do Executivo ouviu falar no destino de laboratório para as instalações do IVV de Torres Vedras.-----

-----Lembrou que o programa eleitoral do PS propunha para este espaço o Museu do Vinho e da

Vinha e uma Oficina das Artes e independentemente de poderem evoluir nestes conceitos, o equacionado continua a ser de apoio à vitivinicultura torriense mas também para a congregação de outras vertentes no sentido de ter pólo cultural que agregue públicos. Vão trabalhar nisso, vendo que possibilidades têm no futuro.-----

-----Terminadas as intervenções, teve lugar a votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 33 votos a favor e 10 abstenções autorizar a Câmara Municipal à aquisição e repartição de encargos do imóvel - Instalações do Instituto do Vinho e da Vinha de Torres Vedras, nos termos da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção e n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08/06.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 43 membros.-----

PONTO 7 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - INSTALAÇÕES DO INSTITUTO DO VINHO E DA VINHA DO RAMALHAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO E DOS N.º 1 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 08/06;-----

-----Presente ofício número 12934 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Outubro último, a solicitar a autorização em título, pelo valor de €322.000,00, cujo pagamento deverá efectuar-se em seis prestações anuais e iguais, com uma taxa de juro reduzida de 5% com início em 2012.-----

-----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que iriam deliberar autorizar a Câmara Municipal à repartição de encargos para aquisição do imóvel e que seria igualmente corrigido na deliberação.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* salientou que se trata do mesmo tipo de instalações que no ponto anterior e visa 2 ha no centro do Ramalhal, que tem necessidade de ter um centro educativo. Trata-se de um óptimo local, em terreno urbano e foi negociado com o valor de aproximadamente 16€/m2. --

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Ramalhal *António Espírito Santo*, fez um breve historial do terreno, que está inserido em perímetro urbano do Ramalhal e que apesar de estar bem localizado está abandonado há já algum tempo. -----

-----Deu nota que o Centro Educativo é a principal necessidade, mas há ainda espaço para outros equipamentos que a freguesia carece e está esperançado que com o apoio do QREN esta obra se concretize.-----

-----Concluiu manifestando a sua satisfação com este desenlace que interioriza nele a vontade de continuar a lutar.-----

-----O *Sr. João Bastos* mais uma vez lamentou a ausência de uma planta de localização e que também foi só depois da intervenção anterior que ficou a saber que se trata de 2 ha, para além de que não foi apresentado relatório de avaliação do terreno. -----

-----Observou também que se era um terreno tão bem localizado devia ter sido salvaguardado,

aquando da elaboração do PDMVT e ser afecto a equipamento pois agora o preço teria sido substancialmente mais baixo.-----

-----Pensa que neste caso houve alguma displicência por parte da Câmara Municipal.-----

-----No entendimento que sabe da dificuldade que há para fazer este tipo de negociações o autarca **Pedro Vasa** frisou que as contrapartidas da OTA não estão a ser respeitadas já e até percebendo que podia haver alguma premência nestas aquisições, deviam ter tentado negociar estes dois imóveis ao abrigo do Plano de Acção do Oeste. -----

-----Renovando as desculpa pela falta de dados o **Sr. Presidente da Câmara** fez notar que as sessões da Assembleia Municipal são convocadas com alguns dias de antecedência de modo a que os membros, caso se mostre necessário, possam pedir informações sobre os assuntos agendados. Lembrou que um simples e-mail tinha resolvido o assunto. -----

-----Quanto à displicência por não constar no PDMTV, como terreno para equipamento, informou que não tem sido prática dos serviços, nem dos Executivos classificar terrenos em proveito próprio e ainda bem que assim é.-----

-----Nesta altura, o **Sr. Luís Carlos Lopes** interveio para lembrar que mandou um e-mail com alguma antecedência mas não obteve resposta.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que todos compromissos plurianuais que o membro solicitou estão especificados no orçamento e no PPI.-----

-----Informou ainda que foi a Sra. Chefe de Divisão, hoje, que alertou para o facto de lhe ser impossível responder ao pedido na integra uma vez que estava a elaborar o orçamento para 2012, tendo sido esta a razão de se ter informado nesse sentido o Presidente da Assembleia.-----

-----Reforçou que o membro está na posse dos dados e só não sabe, se não quiser, e não deve gracejar com a situação.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** afirmou que o PSD respeita o trabalho da Chefe de Divisão e a idoneidade de todos presentes. Podiam ir à Internet buscar todos os elementos e não haveria Assembleia Municipal, mas não podem esquecer que este é o órgão que fiscaliza a actividade da Câmara Municipal e dessa forma têm que prestar esclarecimentos.-----

-----Tinham dúvidas sobre a questão financeira, mas o PSD irá votar favoravelmente este ponto, porque entendem que é importante para a Freguesia do Ramalhal, uma vez que é um equipamento que faz falta à população.-----

-----O Líder da bancada socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho**, anotou que foi sensível à questão colocada pelo membro João Bastos, sobre a instrução dos processos que são agendados.-----

-----Assim, entende que a Comissão Permanente quando é confrontada com a proposta de ordem de trabalhos deve aferir se cada ponto está ou não instruído com os documentos necessários.-----

-----O **Sr. João Bastos** fez notar que, seguindo a perspectiva explanada pelo edil, não eram marcadas

áreas para equipamento no PDMVT. Todos sabem que uma área urbana é mais susceptível de ser valorizada do que uma área para equipamento. Tratando-se de um terreno do IVV a Câmara podia ter feito melhor, pois não via nenhum mal em que se tivesse classificado a área para equipamento.---

-----O **Sr. Presidente da Câmara** declarou que o Ramalhal tem áreas para equipamento e a que consta no PDMTV foi proposta pelos técnicos da DOT, situando-se em frente do terreno em causa. O que quis dizer ao membro foi que são estes que elaboram as proposta a indicar as áreas e não há premonição para onde se deve antecipar o negócio. -----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal à repartição de encargos para aquisição de imóvel - Instalações do Instituto do Vinho e da Vinha do Ramalhal, nos termos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08/06.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 8 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DA ACTIVIDADE DA PROTECÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09;-----

-----Presente ofício número 12932, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31 de Outubro último, a enviar o regulamento citado, atenta a competência do Órgão de Deliberativo nesta matéria.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que houve alterações nesta matéria, nomeadamente com a extinção dos governos civis que tinham a responsabilidade de coordenação na Protecção Civil, pelo se verteu estas alterações no regulamento.-----

-----Aproveitou para registar que grande parte das reclamações recepcionadas nos períodos de discussão pública, são feitas por técnicos da autarquia, o que revela a atenção destes, aos novos normativos legais, o que confere alguma segurança aos documentos finais.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** em nome do Grupo Municipal do PS congratulou-se com o regulamento em apreço, que não surge por acaso e é um sinal inequívoco que há no Executivo Municipal e no Vereador com competências nesta matéria, essa sensibilidade.-----

-----Nessa sequência este documento é a expressão lógica e inevitável que vem na base da Lei 65/2007 de 12 de Novembro que rege à escala municipal a protecção civil.-----

-----Alertou ainda que o Serviço Municipal da Protecção Civil está devidamente tratado mas esta lei tem um artigo onde está inequivocamente assumido que os técnicos dos serviços municipais da Protecção Civil iriam ter a sua carreira regulamentada, em diploma próprio, o que nunca aconteceu.-

-----Trata-se de um motivo de desincentivo, porque um serviço municipal de protecção civil é uma estrutura essencial de suporte à dinâmica municipal de protecção civil.-----

-----Assim fez votos para que o actual governo, já que o anterior não o fez, possa contribuir para o

estímulo que este serviço justifica.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* registou o bom trabalho que tem sido feito pelo Serviço Municipal de Protecção Civil.-----

-----Aproveitou este assunto para lembrar que na Ponte do Rol, o saneamento e o pluvial tem as ligações todas feitas, mas quando chove muito as pessoas na baixa recebem as águas pluviais através das casas de banho já tendo alertado os SMAS várias vezes para o problema. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a Câmara Municipal tem nos seus quadros um técnico de protecção civil e um comando operacional municipal de protecção civil.-----

-----Deu nota ainda que as preocupações do autarca da Ponte do Rol não foram esquecidas, tendo os SMAS já feito o levantamento das situações, mas ainda não tiveram oportunidade de fazer a separativa.-----

-----Não se registaram mais intervenções e passou-se à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade a proposta de Regulamento da Actividade da Protecção Civil do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 9 - AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À ASSOCIAÇÃO AFLOESTE – ASSOCIAÇÃO INTERPROFISSIONAL DA FLORESTA DO OESTE, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 12200, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 14 de Outubro último, a solicitar autorização para a adesão supra identificada.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* explicou que a Afloeste foi constituída pelas Associações de Produtores Florestais da Região Oeste e Torres Vedras tem 9000 ha de florestas e pretende-se que o município seja o elemento congregador dos torreenses que se dedicam a esta actividade.-----

-----Pedi a palavra o *Sr. João Bastos* para anotar que mais uma vez estavam a deliberar uma adesão, apesar de se ter optado pela quota mais baixa.-----

-----Lembrou que na sessão anterior solicitou informações sobre as associações que o município faz parte, os encargos e as actividades desenvolvidas, que ainda não recebeu.-----

-----A *Sra. Graça Silva* começou por se congratular com a adesão em discussão.-----

-----Depois agradeceu ao Vereador Carlos Bernardes por ter convidado a Física Beach Hostel, ex colónia balnear de Santa Cruz a estar presente no passado dia 18, numa reunião de trabalho sobre o programa Quality Coast, que contou com a presença do Eng.º Lacerda da ARH.-----

-----Aproveitou para lembrar que a Câmara Municipal de Torres Vedras foi premiada em 2009 com o galardão Quality Coast de ouro, fornecendo algumas informações sobre este programa que tem como fundamento dar apoio às comunidades que desejam melhorar o desempenho e

desenvolvimento sustentável especialmente no campo do turismo.-----

-----Por fim afirmou que a Física Beach Hostel está disponível para trabalhar acreditando que em conjunto com as mais diversas associações, freguesias e estruturas hoteleiras é possível criar e implementar estratégias criativas e inovadoras que possam combater a sazonalidade e criar diferenciação e valor acrescentado na nossa costa.-----

-----Não se registaram mais intervenções, pelo que se passou à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação Afloeste – Associação Interprofissional da Floresta do Oeste.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 10 – TOMAR CONHECIMENTO DA ALIENAÇÃO, POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA SUA PARTICIPAÇÃO DE ACCIONISTA NA TVPAR – PARQUES EMPRESARIAIS DE TORRES VEDRAS, S.A.,-----

-----Presente ofício número 13268, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 10 de Novembro, a dar conhecimento que aprovou a alienação da sua participação na TVPar pelo valor de €200.004,00 através de uma área de 7.143m², a destacar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob a ficha número 633/020687 e inscrito na respectiva matriz predial sob o at.º 57 secção E da Freguesia de S. Pedro e Santiago.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara*, aludindo ao facto de a participação da Câmara na TVPar ter sido um assunto muito discutido na Assembleia Municipal e ainda porque a adesão do município a esta sociedade foi deliberado por este órgão, não quis deixar de dar conhecimento da actual situação.-----

-----Começou por lembrar que nunca escondeu algum mal estar da Câmara na TVPar e alguma discordância quanto às suas linhas e actuação e nesse sentido acabaram por chegar a um negócio de cedência/venda de posição de accionistas da Câmara nesta sociedade.-----

-----Lembrou ainda que a situação foi despoletada porque por imposição legal a sociedade está obrigada a aumentar o capital social, tendo Câmara Municipal entendido que não era altura para reforçar o seu capital social e não se mostrou disponível para esse aumento e nessa sequência manifestaram a disposição de vir a negociar a sua quota.-----

-----Neste sentido o accionista maioritário fez uma proposta de comprar as 200.000 acções por um euro, o que na altura Câmara recusou, mas dispôs-se a alienar pelo valor nominal das acções, ou seja 200.000€, tendo a TVPar proposto fazer o seu pagamento em espécie através da entrega de um terreno, com o valor de €29,34 m², que não foi aceite.-----

-----Foi mais tarde decidido fazer uma avaliação por cada uma das partes tendo 27,50m² sido o valor máximo encontrado pelo perito da Câmara e €34m² o valor mínimo, por parte do perito da TVPar. Face a estes dados, propôs um valor consensual de €28m² para encerrar o assunto, que foi aceite e que o Executivo municipal aprovou por unanimidade.-----

-----Apesar das palavras do Sr. Presidente o **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que não deixa ser verdade que o edil está na génese disto. Talvez o negócio mais ruinoso para o município dos últimos tempos, em que pôs à disposição terrenos bem valorizados na altura, e em que a sócia maioritária ao longo dos anos foi fazendo uma série de manobras contabilísticas tornando-se o principal credor da empresa.-----

-----Lembrou que foi com a defesa do edil na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal que a participação do Município nesta parceria foi aprovada.-----

-----Não há dúvidas que se trata de um negócio em que a Câmara Municipal perde milhões, em que pôs água, saneamento à porta do loteamento e deu um conjunto de terrenos preparados para serem postos à disposição de toda a comunidade mas o negócio meteu-se num imbróglio tremendo. Há de facto instaladas um conjunto de empresas mas para o dinheiro que foi investido é pouco.-----

-----Disse não ter a certeza mas pensa que a Câmara Municipal saindo do pacto social da empresa, fica liberta também dos condicionalismos que existiam, nomeadamente o facto de não poder ser promotora nem colaborar em mais nenhum parque industrial no concelho de Torres Vedras, enquanto aquele não estivesse completamente esgotado.-----

-----Insistiu que é um negócio ruinoso, não tem ponta por onde se pegue, e se fosse escalpelizado à exaustão verificariam que nada ganharam com o mesmo.-----

-----Entende que o Presidente da Câmara devia assumir que é um mau negócio, onde esteve envolvido durante 10 anos, assim como assumir a herança de quem o antecedeu e para o qual foi alertado diversas vezes, desde a constituição do pacto social, até aos dias de hoje.-----

-----Interveio de seguida o autarca da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristóvão**, para dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, considerando excelente corrigir os erros que se faz.-----

-----Registou que foi dos únicos que na altura votou contra a participação da autarquia na TVPar e “levou nas orelhas”, mas ficou muito satisfeito porque à custa deste negócio ganhou um beberete nos Claustros do Convento da Graça. Mas foram milhões de euros que o município e os torrienses perderam, porque, água, saneamento e terreno foi tudo de graça e não se puderam desenvolver outros parques industriais no concelho porque a TVPar não deixava.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** começou por questionar o colega Luís Carlos Lopes quais são as competências do Presidente da Assembleia Municipal para ter decisão em matéria desta natureza, uma vez que o Dr. Carlos Miguel neste cargo não teve poder de decisão.-----

-----Disse também que independentemente do balanço exaustivo desta operação e do desfecho, foi notório para ele que, sendo o Dr. Carlos Miguel já Presidente da Câmara, houve da parte dele uma evidente preocupação que não lhe passou despercebida.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** especificou que nenhum membro da Assembleia o viu renegar as suas “heranças” e até já o chamaram de “pagador de promessas” e na altura de certeza que votou

favoravelmente na Assembleia Municipal e assume as suas responsabilidades.-----

-----Quando o membro diz que erraram, também concorda, mas só erraram na companhia que escolheram uma vez que julgavam que estavam a negociar com as melhores pessoas do mundo, até pelo curriculum político/económico que as mesmas carregavam.-----

-----Efectivamente essas pessoas não responderam às expectativas, pois tinham expectativas que a AIP carregaria para Torres Vedras uma série de empresas localizadas noutros sítios, nomeadamente do norte, o que não aconteceu.-----

-----No entanto, dizer foi um negócio ruinoso e que a Câmara Municipal perdeu milhões é um absurdo que importa esclarecer.-----

-----Assim, esclareceu que a Câmara entrou com capital social, em forma de terrenos com 202, 360 m2 que tinham custado €572.240,00, mas que após reavaliação, foram transferidos para a TVPar por €1.267.585,00.-----

-----Como o capital social da Câmara era de €200.000,00, houve €1.067.000,00 que a TVPar ficou de pagar à Câmara Municipal, amortizando.-----

-----Informou ainda que a Câmara Municipal, como em todos os loteamentos, assumiu o compromisso de assegurar a execução das infraestruturas necessárias à construção do parque empresarial mas como a TVPar andou mais depressa, chegaram a um entendimento de ser esta sociedade a continuar as obras de infraestruturação , amortizando deste modo o que devia.-----

-----Nesta sequência, salientou que não estão envolvidos milhões, mas sim terrenos, que valem muito dinheiro porque há trabalho feito, porque a TVPar existe. É mentira dizer que nada se ganhou. O Parque industrial está lá com os seus lotes, apenas dois não estão ocupados e Torres Vedras ganhou uma referência para instalar indústrias.-----

-----Não ganharam tudo o que queriam ganhar, mas não foi o mais ruinoso para o município. Não perderam só, ganharam também.-----

-----Respondendo ao autarca da Carvoeira, disse ser verdade que consta no contrato essa condicionante, mas nunca foi exercido e na prática foram aprovados dois, dando nota do Vale da Azenha e do Casal de Cascais e há a par destes uma série de instalações industriais aprovadas.-----

-----Deu nota que a TVPar sempre fez observações sobre os interesse municipais, mas nunca quanto aos parques industriais.-----

-----Defendeu que a TVPar nunca correspondeu às expectativas, mas o papel da autarquia está feito, ou seja promoveram, há lá empresas, empregos e tem áreas expectáveis para serem ocupadas, sendo um empreendimento de referência e por isso uma mais valia para o território.-----

-----Continuou dizendo que está na hora de deixar a TVPar seguir o seu caminho e não serem um entrave, pois tem capital negativo pelo que terá que o aumentar ou extinguir.-----

-----Fez notar que fizeram este negócio que não é o melhor desfecho mas é condigno para todos.-----

-----Pedi novamente palavra, o **Sr. Luís Carlos Lopes** para referir que depois desta intervenção, até parece que não foi um mau negócio.-----

-----Confirmou a questão do valor dos terrenos, mas uma coisa é a avaliação e outra a concretização do negócio e agora aquele terreno não vale. A Câmara conseguiu sair e safou-se de males piores, mas nunca é um bom negócio e o Presidente não referiu as obras que foram feitas pelos SMAS, que custaram muito dinheiro. -----

-----Relativamente ao ónus referido o **Sr. João Bastos** quis clarificar que é de a Câmara Municipal não poder participar noutras parcerias e não de aprovar loteamentos industriais. Nesta desvinculação da TVPar e como o terreno que vai entregar para pagamento do capital social está identificado como área industrial proposta, alertou para a necessidade de, neste negócio, se desvincularem desse condicionalismo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 00.30 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
